

ATA NÚMERO 268/XIII/4.^a SL

Aos dez dias do mês de abril de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

Audição do Professor Doutor Manuel de Herédia Caldeira Cabral, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

11:30

- 1. Aprovação da ata n.º 256;**
- 2. Apreciação e discussão do Relatório sobre a Conta Geral do Estado 2017;
Relator: António Gameiro**
- 3. Definição da metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.^a (GOV) - "Altera Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras";**
- 4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 180/XIII/4.^a (GOV) - "Alteração de diversos códigos fiscais";**
- 5. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.^a (BE) - "Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto";**
- 6. Metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 2090/XIII/4.^a (PSD) - "Auditoria independente ao Novo Banco relativa ao período pós-Resolução";**

7. Apreciação do Relatório do Tribunal de Contas - "Auditoria à Implementação do SNC-AP e da ECE";

8. Outros assuntos.

10:00

Audição do Professor Doutor Manuel de Herédia Caldeira Cabral, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo, iniciou os trabalhos, cumprimentando o Professor Doutor Manuel de Herédia Caldeira Cabral e enquadrando a audição no âmbito do pedido do Governo visando a indigitação de personalidade para o cargo de Vogal da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Após a intervenção inicial do Professor Doutor Manuel de Herédia Caldeira Cabral, em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Fernando Anastácio (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Duarte Alves (PCP). O Professor Doutor Manuel de Herédia Caldeira Cabral respondeu individualmente a cada uma das questões colocadas.

Não havendo pedidos de intervenções adicionais, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo, informou que a elaboração do parecer desta audição caberá à Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), posto o que deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

11:30

1. Aprovação da ata n.º 256;

A ata foi aprovada por unanimidade.

2. Apreciação e discussão do Relatório sobre a Conta Geral do Estado 2017;

Este ponto da OD foi adiado, por solicitação do grupo parlamentar (GP) do PSD.

3. Definição da metodologia de apreciação da [Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Altera Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras";

A Senhora Vice-Presidente, Deputada Cecília Meireles, que assumiu a condução dos trabalhos nesta reunião, propôs a discussão conjunta deste ponto com os pontos 4 e 5 da OD.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) concordou com a discussão conjunta das iniciativas legislativas contantes daqueles três pontos. Propôs também que estas iniciativas fossem avaliadas pela UTAO e assumiu o compromisso do seu GP enviar o respetivo requerimento sobre até sexta-feira, dia 12 de abril.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) propôs ainda que fosse fixado o mesmo prazo, de dia 12 de abril, para envio da lista de entidades para as audições.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) disse que nada tinha a opor. Saliou todavia que, na sua perspectiva, a matéria da iniciativa do ponto 4 da OD (PPL n.º 180) é distinta da das iniciativas correspondes aos pontos 4 e 5 da OD (PPL n.º 178 e PPL n.º 1181), sobre impostos diferidos. Questionou se as entidades a ouvir se relacionam com todas as três iniciativas em simultâneo. Sustentou que estas iniciativas devem ser discutidas em audições separadas porque têm conteúdos diferentes.

Na opinião do Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), esta apreciação conjunta tem a vantagem de propiciar uma economia de tempo nos trabalhos da especialidade daquelas iniciativas, sem prejuízo de se considerar que, durante a audição o foco das perguntas possa ser diferente. Adiantou que o PSD pretendia ouvir a Associação de Bancos Portugueses e o Banco de Portugal.

A Senhora Vice-Presidente, manifestou a sua opinião de que se deve manter o prazo para indicação de entidades para audição (sexta-feira, dia 12 de abril). Sugeriu porém, que os grupos

parlamentares, quando indicassem a entidades para audição também informassem qual ou quais os diplomas a dizem respeito, para depois se proceder a uma análise conjunta.

Todos os GP deram acordo a esta metodologia de trabalho.

4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 180/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Alteração de diversos códigos fiscais";

Foi discutido no ponto anterior da OD.

5. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.ª \(BE\)](#) - "Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto";

Foi discutido no ponto 3 da OD.

6. Metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 2090/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - "Auditoria independente ao Novo Banco relativa ao período pós-Resolução";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), informou que o seu GP pretende fazer a discussão desta iniciativa em Plenário.

7. Apreciação do Relatório do Tribunal de Contas - "Auditoria à Implementação do SNC-AP e da ECE";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) teceu alguns comentários sobre o Relatório do Tribunal de Contas (TdC) de [Auditoria à Implementação do SNC - AP e da ECE](#) exprimindo a sua opinião de que esta matéria deveria ser apreciada na Comissão.

Aproveitou para manifestar algumas reservas sobre o trabalho desenvolvido pelo GT da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) sugerindo que, aparentemente, o seu objetivo foi meramente o de justificar o adiamento da entrada em vigor da LEO.

Considerou que aquele Relatório do TdC dá conta de uma situação preocupante, emergindo das suas conclusões que a reforma da contabilidade pública e financeira está parada, estando em causa até a sua concretização. Apontou igualmente a falta de compromisso político e de liderança no processo, sublinhando ainda que os prazos revistos para a implementação desta reforma também já não são credíveis.



Concluiu, sustentando a necessidade do Ministro das Finanças dar explicações, com urgência, sobre esta matéria.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) exprimiu a sua opinião de que não compete à COFMA tratar desta matéria, defendendo que a apreciação é de natureza política e deve ser feita em cada GP, que poderá depois tomar as iniciativas que entender adequadas face aquela apreciação.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) concordou com a importância desta leitura política, mas defendeu igualmente que está na esfera das competências da COFMA acompanhar esta matéria. Salientou que este tema, da fiabilidade da informação sobre a atividade da administração pública, se discute há já mais de 40 anos e que o Relatório do TdC, levantando problemas e questões, também enfatiza a evolução observada neste domínio. Destacou a perspectiva de “*benchmarking*” de reformas desta natureza, ocorridas noutros países da União Europeia, que demoraram cerca de 12 a 14 anos a concretizar-se. Pese embora reconheça que há trabalhos que têm de ser acelerados, na sua opinião, a Entidade Contabilística Estado (ECE) está já em condições de avançar.

8. Outros assuntos.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Vice-Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 11:58 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril 2019.

A Vice-Presidente

(Cecília Meireles)



Reunião de 10 de abril de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Inês Domingos
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Leonel Costa
Manuel Caldeira Cabral
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Sara Madruga da Costa
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
Ivan Gonçalves
Maria das Mercês Borges
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Jamila Madeira
Margarida Marques

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Hortense Martins
Teresa Leal Coelho